

Pagamento de Dívida e Juros poderá ser suspenso

23 FEV 1986

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O Governo Sarney poderá concretizar uma velha ameaça que até agora não saiu de meras declarações formais interna e externamente, em organismos internacionais: atrasar o pagamento dos juros da dívida externa. Na próxima quinta-feira, em Punta Del Este, Uruguai, na reunião dos 11 países latino-americanos integrantes do "Grupo de Cartagena", o ministro da Fazenda, Dilson Funaro antecipará o recado que o Presidente dará aos credores internacionais em pronunciamento ao Congresso, na abertura dos trabalhos legislativos, em 1º de março, no qual admite tomar medidas de defesa dos interesses nacionais contra a agiotagem dos credores internacionais que se mantêm inflexíveis na negociação da dívida, colocando em risco a política econômica em vigor comprometida com o crescimento. O Brasil é o único devedor que mantém em dia o pagamento dos juros.

O ministro Funaro e seus assessores estão intranquilos com a resistência dos credores e com os rumos da economia internacional.

Apesar de o preço do petróleo estar em franca desaceleração, permitindo ao País tranquilizar-se em relação ao balanço de pagamentos, crescem os sintomas de que taxa de juro externa pode aumentar diante da advertência feita na última sexta-feira pelo presidente do Banco Central dos EUA, Paul Bocker, de que a queda do dólar está chegando a um nível perigoso. A valorização do dólar, caso ocorra, em relação à supervalorização vigente até setembro do ano passado, corresponderá a um significativo aumento dos custos financeiros da dívida, impondo, portanto, maiores sacrifícios à sociedade para continuar pagando os juros em dia.

As negociações externas fecharam a semana sem resultados satisfatórios. No essencial, isto é, redução dos custos financeiros, elas não evoluíram. O presidente do Banco Central, Fernando Bracher admitiu a existência de problemas e ressaltou: "A questão do SPREAD ficou pra ser resolvida depois".

Na última reunião do Grupo de Cartagena, em dezembro, chegou-se ao consenso de que a hipótese de atraso no pagamento dos juros da dívida externa não poderia ser afastada caso persistissem as condições que inviabilizam a manutenção do crescimento econômico. Funaro, na oportunidade, declarou que os países devedores estavam fazendo uma claríssima advertência aos bancos e países credores, "chega de humilhação", foi o seu desabafo.

O recado do presidente Sarney ao ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, contém a advertência de que o Governo vai intensificar sua defesa em favor de entendimento comum entre os países latino-americanos para solucionar a crise econômico-financeira regional ameaçada pelas pressões dos credores internacionais, e Abreu Sodré ressaltou que dará prosseguimento, em Punta Del Este, às determinações do Presidente.

Na última reunião do Grupo de Cartagena, a proposta que ganhou maior popularidade foi a do representante do Peru que reiterou a defesa feita pelo presidente peruano Alan Garcia de fixar um percentual das exportações para o pagamento dos juros da dívida.

Mas, Funaro discorda dessa idéia por entender que são distintas as realidades peruana e brasileira.

O titular da Fazenda intensificará sua defesa em fazer de negociação mais flexível e reiterará a disposição do Governo de não dar choque na economia, apesar de redução drástica do crédito ao consumo e da resposta que deu ao ministro do Exército Leônidas Gonçalves, durante a reunião reservada do Ministério, de que está em análise estudos sobre desindexação da economia, só que, por enquanto, esta idéia está afastada. Seu assessor econômico especial, João Manoel Cardoso de Mello, foi mais longe ao lembrar que o Governo não ficará de braços cruzados vendo a inflação subir.